



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

Aos 14 dias do mês de maio de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

Audição da Associação Nacional de Conservação da Natureza Quercus, sobre a assinatura do acordo entre o Governo e a ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., para a construção do novo aeroporto no Montijo, na sequência de requerimento do BE

2.^a parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 253/XIII/4.^a, relativa à reunião de 8 de maio de 2019

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório "Portugal na União Europeia - 2018"- Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1418/XIII/3.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo que promova a alteração da Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho, que aprova o Regulamento da medida "Comércio Investe", 1419/XIII/3.^a (PSD) - "Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país" e 1420/XIII/3.^a (PSD) - "Apoio à modernização das empresas comerciais, designadamente do comércio tradicional, em localidades onde estão a ser criados novos projetos de grandes superfícies comerciais ou realizadas ampliações nas já existentes"

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1810/XIII/4.^a (PSD) - "Regulamento de Sinalização do Trânsito" e 1811/XIII/4.^a - "Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 - Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário"



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

5. Outros assuntos

1.^a parte

Audição da Associação Nacional de Conservação da Natureza Quercus, sobre a assinatura do acordo entre o Governo e a ANA - Aeroportos de Portugal, S.A., para a construção do novo aeroporto no Montijo, na sequência de requerimento do BE

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Presidente da Associação Nacional de Conservação da Natureza Quercus e à equipa que o acompanhou, tendo o Senhor Presidente usado da palavra de imediato, para uma intervenção inicial.

Na única ronda de perguntas assumiu a condução dos trabalhos a Senhora Vice-Presidente da Comissão Hortense Martins (PS) e usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Carlos Pereira (PS), Helder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Presidente da Associação Nacional de Conservação da Natureza Quercus respondido individualmente aos Senhores Deputados.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.^a parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 253/XIII/4.^a, relativa à reunião de 8 de maio de 2019

O Senhor Presidente da Comissão retomou a condução dos trabalhos e colocou à consideração a ata n.º 253/XIII/4.^a, relativa à reunião de 8 de maio de 2019, que submeteu à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.ª SL

2. Apreciação e votação do parecer sobre o Relatório "Portugal na União Europeia - 2018"- Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)

O Senhor Presidente da Comissão informou que o Relator do parecer sobre o Relatório "Portugal na União Europeia - 2018" não estava presente e salientou a necessidade de apreciação e votação do parecer.

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa para observar que gostaria que o Relator do parecer Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) estivesse presente na Reunião e que também pretendia evidenciar a natureza factual deste tipo de relatórios.

Submetido à votação foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, registando-se o voto contra do PCP e a ausência do PEV e do PAN.

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1418/XIII/3.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que promova a alteração da Portaria n.º 236/2013, de 24 de julho, que aprova o Regulamento da medida "Comércio Investe", 1419/XIII/3.ª (PSD) - "Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país" e 1420/XIII/3.ª (PSD) - "Apoio à modernização das empresas comerciais, designadamente do comércio tradicional, em localidades onde estão a ser criados novos projetos de grandes superfícies comerciais ou realizadas ampliações nas já existentes"

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) começou por apresentar o PJR n.º 1420/XIII/3.ª (PSD), explicou a importância do comércio tradicional e destacou as dificuldades com que o mesmo se depara nomeadamente quando ocorrem situações de concorrência direta com as grandes superfícies comerciais. Referiu a criação do Fundo de Modernização do Comércio que tem como objetivos a modernização e a revitalização da atividade comercial, observou que o financiamento deste Fundo resulta das contribuições que as grandes superfícies comerciais realizam e que essa



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

medida foi designada como “Comércio Investe”. Sublinhou que a recomendação proposta pretende uma utilização mais alargada do produto resultante da cobrança das taxas de autorização referentes à instalação e modificação de grandes superfícies comerciais, destinado à modernização do comércio tradicional e em particular ao localizado nos centros históricos. De seguida, passou a apresentar o PJR n.º 1418/XIII/3.^a (PSD), manifestou a necessidade de atribuição de apoios aos promotores do comércio tradicional, designadamente ao nível do ativo fixo, no âmbito da publicidade e através do desenvolvimento de ações de rua que promovam o comércio. Defendeu que as Associações Empresariais e Comerciais devem ter um papel de maior relevo na dinamização de ações de rua e para isso devem ser dotadas de recursos, afirmou que recentemente as empresas comerciais não têm vindo a beneficiar da medida “Comércio Investe”. Por fim, apresentou o PJR 1419/XIII/3.^a (PSD), observou que o anterior Governo previa a criação de centros de alta competência nas três Universidades do Interior, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) foi concretizado o centro de alta competência para o Vinho e a Vinha, porém não se realizaram os centros planeados na Universidade da Beira Interior (UBI) e na Universidade de Évora (UÉ). Defendeu a aplicação do modelo de criação de centros de elevada competência científica e tecnológica, anteriormente planeado para as Universidades do Interior, aos Institutos Politécnicos do Interior do país de acordo com a sua especialização e concluiu descrevendo a exposição de motivos do mencionado Projeto de Resolução.

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) reconheceu a pertinência dos PJR’s apresentados, observou que as medidas de dinamização do pequeno comércio propostas, sobretudo nos centros históricos, são claramente insuficientes para superar os constrangimentos do setor. Mencionou que a possibilidade de abertura ao comércio no domingo por parte das grandes superfícies comerciais constitui um fator de desigualdade comparativamente com o comércio tradicional. Destacou que o comércio tradicional não abre ao domingo, porque provoca a degradação dos horários de trabalho, limita o direito ao lazer por parte dos trabalhadores e origina desequilíbrios nas relações laborais. Manifestou dificuldade em perceber a utilidade das recomendações, porque, na maioria dos casos, o comércio tradicional é constituído por empresas familiares sem condições para concorrer à tipologia de apoios mencionada. Concluiu, considerando ser pouco eficaz a concretização prática



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

dos projetos de recomendação associados ao comércio local devido à falta de detalhe das medidas.

Pelo Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) mencionou que o GP PS é sensível a todas as iniciativas que possam estimular a atividade comercial. Fez referência ao PJR n.º 1420/XIII/3.^a (PSD), salientou que as medidas recomendadas nos dois primeiros pontos já ocorrem e que o proposto no terceiro ponto não pode ser de outro modo. Sublinhou ser relevante debater estas matérias, contudo o proposto já se encontra em vigor. Relativo ao PJR n.º 1418/XIII/3.^a (PSD) considerou ser importante as Associações Empresariais e Comerciais terem capacidade para promover o comércio e desenvolver projetos de animação, porém observou que esses programas foram sujeitos a uma avaliação de impacto no qual se concluiu que essas medidas não eram tão relevantes como se gostaria. Por fim, abordou o PJR 1419/XIII/3.^a (PSD) referindo ser uma boa opção abranger os Politécnicos no desenvolvimento do conceito de centros de elevada competência científica e tecnológica, anteriormente planeado para as Universidades, por fim considerou ser uma reflexão útil.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) abordou os desequilíbrios do comércio local devido ao poder de mercado detido pelos grupos económicos da grande distribuição, simultaneamente referiu que com a aprovação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que regula o acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração, desde essa data agravou-se a concorrência desleal no setor do comércio, também salientou que o GP PCP requereu a Apreciação Parlamentar do referido Decreto-Lei na Assembleia da República com a intenção de cessação da sua vigência. Mencionou a abertura de 28 grandes superfícies comerciais desde 2015 (unidades com mais de 2000m² de área de venda contínua) e em três anos o início de atividade de 6373 estabelecimentos até 2000m² de área, abrangidos pelo regime de mera comunicação prévia. Referiu a existência de comércio local aberto ao domingo e questionou se é esse o modelo de cidade, de desenvolvimento e direitos humanos que se pretende para o país. O referido Decreto-Lei veio alterar os horários, o regime de abertura e liberalizar os saldos, o que favoreceu as grandes superfícies. Defendeu que o problema não só ocorre nos centros históricos, mas em todo o país, incluindo nas



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

regiões do interior, onde têm sido inúmeras as unidades comerciais a abrir, com um impacto brutal no comércio local e nas pequenas e médias empresas.

Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) para afirmar a importância do comércio tradicional, referiu a existência de medidas de apoio, porém, nos últimos anos, não têm sido abertas candidaturas à medida “Comércio Investe”. Concluiu, afirmando que outros problemas abordados pelos Senhores Deputados não invalidam a necessidade de se apoiar o comércio local e as recomendações propostas.

4. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.os 1810/XIII/4.^a (PSD) - "Regulamento de Sinalização do Trânsito" e 1811/XIII/4.^a - "Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 - Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário"

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) considerou que todas as iniciativas do combate à sinistralidade rodoviária são desígnio nacional, referindo as situações de dor e sofrimento causadas às Pessoas pelos acidentes e as consequências materiais.

Notou que a partir de 2016 houve um agravamento da sinistralidade rodoviária, detalhando números relativos aos anos de 2017, 2018 e 2019, e apelando à tomada de medidas contra este flagelo.

Apresentou, nos seus termos, os Projetos de Resolução do PSD, que visam combater esta tendência da sinistralidade rodoviária:

- n.º 1810/XIII/4.^a - "Regulamento de Sinalização do Trânsito", sublinhando a falta da publicação do Regulamento de Sinalização do Trânsito, recordada no Fórum de Segurança Rodoviária realizado na Assembleia da República em 2018, e referindo os acidentes e atropelamentos em zona urbana, e concluiu pela necessidade da aprovação com carácter de urgência do Regulamento de Sinalização e Trânsito;

- n.º 1811/XIII/4.^a - “Recomenda ao Governo a difusão e promoção das vantagens de adoptar a ISO 39001 – Sistema de Gestão de Segurança do Trânsito Rodoviário”, notando os acidentes que ocorrem na deslocação para os locais de trabalho, e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

apelando a esforços do Governo a incentivar empresas e organismos públicos ao cumprimento desta Norma.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) referiu que o Regulamento de Sinalização e Trânsito está em fase de conclusão da revisão na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária até 30 de novembro, para a aprovação em Conselho de Ministros, contendo várias alterações e adaptações da sinalização decorrentes da recente alteração do Código da estrada em 2018.

Refutou o aumento da mortalidade, explicando.

Afirmou o PS concordar com o Projeto de Resolução n.º 1810/XIII/4.^a (PSD).

Quanto ao Projeto de Resolução n.º 1811/XIII/4.^a (PSD) referiu que a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária terminou a redação em dezembro 2017 e que têm sido feitas várias apresentações e formações que discriminou, concluindo que o PS não tem grande objeção.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) colocou reservas na ligação destas medidas à evolução recente na sinistralidade, explicando.

Notou que o aumento dos sinistros nas cidades (ex. atropelamentos) não está nas zonas de convergência, explicando, e referiu-se aos “modos suaves” de deslocação, questão ainda não discutida.

Considerou que os Projetos de Resolução mal não fazem, referindo que o Regulamento de Sinalização do Trânsito está em conclusão há muito tempo.

Quanto à Norma ISO 39001 pode haver intensificação do que já está em curso, referindo-se às causas do aumento da sinistralidade, e do ambiente dissuasor, mencionando a necessidade de presença física nas ações de vigilância e a fadiga existente nos condutores profissionais.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) analisou os Projetos de Resolução do PSD, notando que o n.º 1811/XIII/4.^a afeta mais profundamente os intervenientes da



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

sociedade em relação com a Segurança Rodoviária, o que necessita de ser mais discutido, nomeadamente pelos condutores profissionais, e com combate aos exageros verificados no transporte rodoviário (tempos de trabalho, intervalos, etc.), que devem ser eliminados.

Referiu-se às condições de trabalho dos motoristas de matérias perigosas e não, que deveriam ser melhoradas, explicando.

Concluiu que o Projeto de Resolução n.º 1811/XIII/4.^a (PSD) deveria ser mais refletido, questionando a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, e que o Projeto de Resolução n.º 1810/XIII/4.^a (PSD) é obrigação permanente em falta e recordou que já teve intervenção em Plenário do Deputado Fernando Barbosa (BE) quanto a bicicletas e outros modos suaves, e defendeu o alargamento deste Projeto de Resolução, que é um passo positivo.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS), concordando com as duas intervenções anteriores, referiu-se à necessidade de colaboração da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária com várias entidades, que enunciou.

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) concluiu registando as posições dos Grupos parlamentares com sugestões de melhoramento aos Projetos de Resolução, e estar satisfeita pela informação que o Regulamento de Sinalização do Trânsito está para surgir, mas notou que já passaram 4 anos sem surgir.

Quanto à Norma ISO 39001, concordou que são vários os procedimentos e regras possíveis, admitindo diversas medidas (seguradoras, etc.).

Quanto à causa/efeito, considerou que a situação se tem agravado por diversas causas (Justiça não célere, falta de investimentos, Câmaras municipais, casos arquivados, etc.), notando que em comparação com outros países Portugal está pior.

Concluiu que a solução deste problema depende da tomada de medidas por todos e pelo Governo, e defendeu a priorização da Segurança Rodoviária.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

5. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinha sido enviado à Comissão pelo GP PCP um requerimento para audição da Comissão de Bolseiros do LNEC sobre o PREVPAP, pelo que, verificando-se o necessário consenso, daria a palavra ao GP PCP.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) usou da palavra para apresentar o requerimento nos seus termos, afirmou existir uma inexplicável dificuldade em regularizar os processos associados aos vínculos precários dos Bolseiros do LNEC e referiu que os trabalhadores estão inquietos com a possibilidade de ocorrência de situações que ponham em causa o reconhecimento da sua situação.

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) para concordar com o requerido e fez referência às observações proferidas pelo Senhor Ministro de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em Plenário, sobre o assunto PREVPAP. Também o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) afirmou que o GP PS nada tem a opor ao requerimento apresentado. O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) observou a vasta lista de requerimentos pendentes na Comissão, colocou à ponderação dos Senhores Deputados a hipótese de o requerimento ser considerado urgente ou, caso contrário, provavelmente não será discutido em tempo útil, concluiu sublinhando que o GP PSD é a favor do requerido.

Por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que repugna qualquer ideia que os requerimentos são apresentados por qualquer motivo de agenda eleitoral e considerou existir condições para organizar a agenda da Comissão tendo em conta todos os requerimentos pendentes.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

De seguida, o Senhor Presidente informou que o GP BE solicitou a inclusão na OD a discussão do PJR 1844/XIII/4.^a “Recomenda o fim da concessão à Fertagus da exploração do serviço ferroviário no Eixo Norte-Sul e sua integração no serviço de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.^a SL

transportes suburbanos da CP”, pelo que, não tendo ocorrido consenso não foi discutido.

O Senhor Presidente solicitou aos GP’s que fizessem chegar à Comissão a indicação dos PJR que pretendem discutir e simultaneamente deu conhecimento que baixou à Comissão, na passada sexta-feira, para apreciação na especialidade, os PJR 1499/XIII3.^a (PSD), 1486/XIII/3.^a (PCP), 1663/XIII/3.^a (BE) e 1634/XIII/3.^a (PEV), todos sobre a requalificação do IP3.

Por fim, o Senhor Presidente dialogou com os Deputados presentes sobre a organização e a redação dos PJR em Comissão.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de maio de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 254/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Murcela
Ricardo Bexiga
Fernando Manuel Barbosa
Liliana Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Helga Correia
Heloísa Apolónia